

## Eduardo Botelho é reconduzido à presidência da Assembleia Legislativa



Gilberto Leite

Eleito para seu terceiro mandato como presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Eduardo Botelho (DEM) foi empossado na manhã desta segunda-feira (1º). Na mesma cerimônia, também foram reconduzidos os deputados Max Russi (PSB) e Janaína Riva (MDB), como primeiro secretário e vice-presidente, respectivamente.

A Mesa Diretora foi eleita em junho de 2020, após uma alteração na Constituição Estadual que adiantou o pleito para garantir a participação de Janaína, que ainda estava grávida na época. A chapa foi eleita com 22 votos e não teve concorrentes.

O grupo é composto por: Wilson Santos (PSDB), como 2º vice-presidente; Valdir Barranco (PT), como 2º secretário; Claudinei Lopes (PSL), como 3º secretário; e Paulo Araújo (Progressistas), como 4º secretário.

Sobre as ações para o novo biênio, Botelho destacou que pretende avançar na transparência dos gastos do Legislativo. Ele lembrou que a Assembleia de Mato Grosso ficou em sexto lugar no ranking de transparência dos legislativos estaduais.

“Vamos trabalhar para ficarmos entre as três mais transparentes e continuarmos nesse processo de administrar com rigor, administrar com seriedade o dinheiro público e gastar apenas o necessário. O que não for necessário, vamos devolver para o Estado, para voltar para a população”, declarou.

PÁG. 3

## Governador sanciona orçamento



Gilberto Leite

Mauro Mendes (DEM) sancionou na última quinta-feira (28) a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021, com previsão de receitas e despesas de R\$ 22,1 bilhões. A matéria vetou nove alterações feitas pelos deputados estaduais. O Orçamento de 2021 prevê R\$ 2,1 bilhões em investimentos com recursos próprios do Estado, valor que foi considerado ‘marco histórico’ pelos parlamentares à época da votação. Os deputados ainda podem derrubar os vetos

PÁG. 5

## Prefeito acaba com carnaval cuiabanos

O primeiro feriadão de 2021 foi cancelado. Os dias 15, 16 e 17 de fevereiro serão dias úteis na capital, com horário de expediente normal. A decisão do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) foi elogiada pelo secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo. O decreto também proíbe a realização de eventos carnavalescos, sob pena de multa para quem descumprir a determinação. A medida foi tomada por causa do crescente número de casos confirmados do novo coronavírus, bem como de óbitos.

PÁG. 4

## Metade dos alunos não tem internet

O governo tomou a decisão de manter as aulas da rede pública de educação de forma remota, como vem ocorrendo desde março de 2020, mas tem pela frente um grande desafio. Levantamento realizado pela Seduc aponta que 45% dos estudantes não tinham acesso à banda larga no ano passado e ficam impossibilitados de assistir às aulas online. Mato Grosso conta com mais de 700 escolas estaduais, com 380 mil alunos

PÁG. 6

## Obra do BRT deve começar por VG

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), prometeu aos vereadores de Várzea Grande que irá interceder junto ao governo do Estado para que as obras de implantação do novo modal tenham início na Cidade Industrial. “É justo. Foi o local que mais sofreu. A Avenida da FEB tem aquele trambolho lá no meio e não tem nem como arrumar. Cuiabá ainda conseguiu refazer os canteiros e melhorou o visual”, disse Botelho, logo após reunir-se com os vereadores do município

PÁG. 5



Gilberto Leite

## Procura por EAD dispara

O desemprego e o medo de ficar sem emprego contribuíram para que aumentasse a procura por cursos de qualificação a distância, registrando em quatro meses um crescimento de 95%. O setor prevê que a metodologia deverá superar os cursos presenciais até 2023. Nos primeiros meses da pandemia, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial registrou mais 1 milhão de matrículas. Em Mato Grosso, as maiores procuras foram voltadas para a qualificação nas áreas da tecnologia da informação, mecânica, manutenção de equipamentos e gestão

PÁG. 8

## EDITORIAL

## Crise da picanha

Do setor frigorífico parte um alerta: Mato Grosso pode não ter gado suficiente para manter o ritmo de abate a partir deste ano. A informação parece absurda, já que o Estado é historicamente o detentor do maior rebanho bovino do Brasil, mas há uma razão por trás desse alerta. A exportação de animais vivos para abate em outros estados e até outros países coloca em risco a indústria frigorífica mato-grossense, responsável por gerar mais de 24 mil empregos.

A situação atual repete uma crise vivida pelo setor

em 2015, quando várias unidades frigoríficas tiveram que suspender as atividades diante do mesmo problema. A questão gira em torno das regras tributárias e da facilidade na logística. Para os industriários, é mais barato comprar gado em outros estados, o que representa um grande prejuízo tanto para os produtores de Mato Grosso quanto para os cofres públicos. Em alguns casos, a economia no custo de produção chega a 10%.

A pecuária de corte tem enfrentado um aumento substancial nos custos des-

de o início de 2020. Os gastos com suplementação, aquisição de animais e impostos foram os que mais subiram no ano passado, impulsionados pelo complexo cenário econômico que se desenvolveu desde o início da pandemia.

A desvalorização do real criou um cenário é que extremamente vantajoso para as grandes indústrias frigoríficas, que atendem ao mercado externo e vieram o valor total das exportações disparar no ano que se encerrou, com alta de quase 19% no volume enviado ao exterior. Contudo, as pequenas indústrias, que atuam mais voltadas ao mercado interno,

se viram pressionadas pela alta expressiva na arroba do boi gordo ao mesmo tempo em que grande parte dos trabalhadores brasileiros perdeu o poder de compra. Mais um retrato das desigualdades aprofundadas pela pandemia.

Diante desse cenário, a tendência é que a Assembleia Legislativa volte a debater o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), que incide sobre a comercialização de commodities em Mato Grosso. Há uma forte pressão dos produtores rurais, de todos os segmentos, para que o governo altere a forma de cálculo do Fethab para 'aliviar' o peso da taxa.



Hoje, o Fethab arrecada cerca de R\$ 2,3 bilhões ao ano.

Mas não é essa a única mudança que irá desafiar a equipe econômica. O caso do gado, especificamente, demanda uma engenharia fiscal que desestime a exportação dos animais vivos para abate em outros estados e ajude a fortalecer a indústria frigorífica de Mato Grosso.

## Cinco mil vidas

Lúdio Cabral (\*)

Cinco mil vidas perdidas. Esse é o triste número que Mato Grosso alcançou nesse dia 26 de janeiro de 2021, em decorrência da pandemia da covid-19.

Cada um de nós, mato-grossenses, convivemos com a dor pela perda de alguém para essa doença. Todos nós perdemos pessoas conhecidas, amigos ou alguém da nossa família.

A pandemia em Mato Grosso foi mais dolorosa que na maioria dos estados brasileiros e o fato de termos uma população pequena dificulta enxergarmos com clareza a gravidade do que enfrentamos até aqui.

A taxa de mortalidade por covid-19 na população mato-grossense, de 141,6 mortes por 100 mil habitantes, é a 4ª maior entre os estados brasileiros, inferior apenas aos estados do Amazonas (171,9), Rio de Janeiro (166,2) e ao Distrito Federal (147). O número de mortes em Mato Grosso foi, proporcionalmente, quase 40% superior ao número de mortes em todo o Brasil. Significa dizer que se o Brasil apresentasse a taxa de mortalidade observada em Mato Grosso,

alcançaríamos hoje a marca de 300.000 vidas perdidas para a covid-19 no país.

Lembram do discurso que ouvimos muito no início da pandemia? De que Mato Grosso tinha uma população pequena, uma densidade populacional baixa, era abençoado pelo clima quente e que, por isso, teríamos poucos casos de covid-19 entre nós?

Lembram do posicionamento oficial do governador de Mato Grosso no início da pandemia, de que o nosso estado não teria mais do que 4.000 pessoas infectadas pelo novo coronavírus?

Infelizmente, a realidade desmentiu o negacionismo oficial e oficioso em nosso estado. Não sem muita dor. O sistema estadual de saúde não foi preparado de forma adequada. Os governos negligenciaram a necessidade de isolamento social rigoroso em momentos cruciais e acabaram transmitindo uma mensagem irresponsável à população. O resultado disso tudo foram vidas perdidas.

Ao mesmo tempo, o Mato Grosso do sistema de saúde mal preparado para enfrentar a pandemia foi o estado campeão nacional em crescimento econômico no

ano de 2020. Isso às custas de um modelo de desenvolvimento que concentra renda e riqueza, de um sistema tributário injusto que contribui ainda mais com essa concentração, e de um formato de gestão que nega recursos às políticas públicas, em especial ao SUS estadual, já que estamos falando em pandemia.

Dolorosa ironia do destino, um dos municípios símbolo desse modelo de desenvolvimento, Sinop, experimentou mortalidade de até 100% entre os pacientes internados em leitos públicos de UTI para adultos em seu hospital regional.

Nada acontece por acaso. Os números da covid-19 em Mato Grosso não são produto do acaso ou de mera fatalidade. Os números da covid-19 em Mato Grosso são produto de decisões governamentais, de escolhas políticas determinadas por interesses econômicos, não apenas agora na pandemia, mas por anos antes dela. E devemos ter consciência disso, do contrário, a história pode se repetir novamente como tragédia.

Temos que ter consciência dessas injustiças estruturais para que possamos lutar

e acabar com elas. A dor que sofremos pelas pessoas que perdemos para a pandemia tem que nos mobilizar para essa luta.

Lutar por um modelo de desenvolvimento econômico que produza e distribua riqueza e renda com justiça, que coloque pão na mesa de todo o nosso povo e que proteja a nossa biodiversidade. Lutar por um sistema tributário que não sacrifique os pequenos para manter os privilégios dos muito ricos. Lutar por políticas e serviços públicos de qualidade para todos os mato-grossenses. Lutar pelo SUS, por um sistema público de saúde fortalecido e capaz de cuidar bem de toda a nossa população.

São essas algumas das lições que precisamos aprender e apreender depois de tantos meses de sofrimento e dor, até porque a tempestade ainda vai levar tempo para passar.

LÚDIO CABRAL é médico sanitário e deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores em Mato Grosso.



## O Poder

Lourenbergue Alves (\*)

O poder seduz, atrai e corrompe. Esta é uma frase antiga. Ainda ouvida nos dias de hoje. Ouvida porque são ditas. Talvez bem menos que em outras épocas, sem sair de evidência. Corrompe tanto que dezenas, certamente centenas, que o têm, ainda que temporário, mudam por completo seus habituais comportamentos. Mudam-se, sem ao menos ficarem vermelhos, nem saudosos do que acabaram por abandonar, obtidos e conquistados durante certo tempo da vida. É certo também que se pode ter alguém que não tenha sido corrompido pelo poder. Claro que pode. Mas para encontra-lo, vale grifar, seria como encontrar uma agulha no palheiro. Corromper-se, aqui, conjugado em todos os tempos, em um sentido bem amplo, não apenas no sentido de desvio de dinheiro, ou de pagamento e recebimento de propina. Corrompe-se ou deixa-se corromper, também, em sentido comportamental, em negociar a consciência.

Há uma frase, atribuída ao apóstolo Paulo: "Tudo me é lícito, mas nem tudo

me convém". Esta é lapidar. Exemplifica bem o que se está a dizer aqui, pois, de nada adianta conquistar o mundo, obter prestígio ou qualquer coisa, se para isso tiver que vender a própria alma, ou desviar-se da estrada pavimentada de caráter. Pavimentada ao longo da vida. E, ao longo desta, conquistou-se poder (isso é fato), inclusive o de influenciar a outrem, não necessariamente o advindo do cargo ocupado nas esferas dos poderes constituídos. O advindo de cargos, eletivos ou não, deixa ou transforma o ocupante em alguém sedutor, sem ser o Alfie (do filme), muito menos um Dom Juan, que se tornou, desde o século XVI, um personagem arquetípico, ligado a atitudes de sedução que podem ser interpretada de diversos modos, em uma perspectiva romântica e social, marcado pela compulsão.

De todo modo, o ocupante do cargo, seja quem for, e dependendo do universo de influência do próprio posto, exerce uma força de atração, capaz de hipnotizar e envolver um montão de gente. Não é ele em si, mas o imã do poder. Este imã é tão

forte que até a esposa do governante, por exemplo, passa a ter regalias mil, além de paparicada por todos, os quais a chamam "carinhosamente" de "primeira-dama", deixando de ser apenas a esposa e a mãe dos filhos do marido-governante, e, com tal status, ficar livre da lista de investigados. E olhe caro (e) leitor (a), sem ter sido eleita a coisa alguma. Não foi ela, e sim o esposo que, parece por osmose, transfere-lhe um pouco do poder obtido nas urnas. E, assim, endeusada, aclamada, paparicada aos montões. Tanto que chega, inclusive, a palpar publicamente na gestão, dando "pitacos" e "pitos" em auxiliares diretos e indiretos, embora nada saiba a respeito de administração pública, de políticas públicas, a não ser as benesses que do poder emanam. Tudo isso é bastante estranho! Estranho e exagerado. Bem mais quando se percebe o enorme espaço midiático que lhe é destinado. E, então, passa a ser popularizada, até mais que vários secretários e ministros.

"O poder é mesmo sedutor", diria alguém. "Ora se é" – completaria outro. Vida

que se segue, com todo o jogo de marketing. Tanto que faz a população, senão toda ela, mas uma parte dela a ficar agradecida pelas benfeitorias assistencialistas das primeiras-damas. Agradecimento também aos seus esposos. Agradecem, quando, de verdade, deveriam fiscalizar, exigir e cobrar ações, atitudes, programas e planos, dos maridos-governantes, que pudessem viabilizar e concretizar as reivindicações ou promessas de campanha. Invertem-se os valores, confundem-se os papéis. O "patrão" se torna subalterno, a espera de migalhas caídas da mesa de quem ostenta o poder. Poder que de fato atrai e seduz, ou seduz e atrai, criando confusão na cabeça de muitos, até mesmo fazendo-os dividir-se em torcidas de "A" ou de "B", desvirtuando por completo o sentido de bem-público. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



## Custas judiciais

Leonardo Campos (\*)

Quando falamos em acesso à Justiça no Brasil precisamos ter em mente que se trata de um direito fundamental estabelecido pela Constituição Federal (1988), garantido desta forma a todos os cidadãos. Contudo, o acesso à Justiça, em regra tem custo.

Esse custo, evidentemente, é justificável. Porém, não é admissível que os valores aplicados em sua cobrança impossibilitem os cidadãos lutarem pelos seus direitos. Na prática é o que está acontecendo em Mato Grosso, a partir da Lei 11.077, de 10 de janeiro de 2020, que passou a valer este mês.

A legislação aumenta alguns valores das custas judiciais, além de criar novos

tipos de taxas. Na prática isso provocará de forma imediata uma divisão da sociedade, entre aqueles que terão acesso à Justiça ou porque são muito pobres e, por isso, terão a garantia da justiça gratuita, ou porque são muito ricos e conseguirão pagar as custas e aqueles que não conseguirão acessar a justiça porque não terão condições para arcar com as despesas.

Para não permitir que este cenário se estabeleça, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso, desde o final de 2019 – quando teve início a discussão sobre o reajuste – vem se posicionando de forma veemente contra o aumento das custas judiciais.

Fomos à Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), ao Governo do Estado, e por meio do Conselho Federal da OAB, fomos ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar barrar a iniciativa do TJMT em promover o aumento trazido pela Lei 11.077, sancionada em 10 de janeiro de 2020.

No STF, conseguimos a decisão que suspendeu até o dia 1º deste mês a aplicabilidade da lei. Para se ter ideia do que isso significa na prática, quem ajuizar uma causa que custe R\$ 500 mil – equivalente ao preço de um apartamento financiado, por exemplo – terá que desembolsar R\$ 25 mil com custas judiciais na primeira e segunda instâncias, o que por óbvio impede o acesso à justiça.

Valores também passaram a ser cobrados, por exemplo, para o cumprimento de

sentença, que a partir de agora custa R\$ 413,40 e a correção parcial, que passou a custar R\$ 330,72. A correção é instrumento que permite a parte impugnar ato ou despacho do juízo – nos casos que não permitem recursos.

São esses e outros valores que não devem ser admitidos em período extremamente delicado, no qual milhares de pessoas perderam seus empregos, grande parte delas sobreviveu por conta de auxílios governamentais, sem contar as que fecharam suas empresas e enfrentam severas condições financeiras em razão do período de calamidade por conta da pandemia.

A manutenção das custas processuais com valores elevados significa o impedimento de grande parcela da sociedade em acessar o Poder Judiciário, em razão da impossibilidade de arcar com as despesas que isso impõe.

Por essas razões, é que mais uma vez a OAB-MT defende que a Lei 11.077 deve ser revogada e que o Poder Judiciário garanta condições acessíveis aos cidadãos para que o acesso à Justiça continue sendo a regra e não a exceção. Se é pela defesa da advocacia e da sociedade, então essa é nossa luta e nela continuaremos.

\* LEONARDO CAMPOS é presidente da OAB-MT



Jornal  
**IMPRESSO MT**  
FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

---

**ADMINISTRAÇÃO:**  
DIRETOR GERAL:  
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

---

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

---

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

---

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

---

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505  
Telefone: 65 99696-6688

**TRANQUILO PARA A POSSE**

Presidente da ALMT não acredita que situação de MT seja diferente de Roraima, onde STF afastou deputado que seguia para 6ª reeleição

# Botelho não vê risco de anulação

Gilberto Leite

**Da Redação**

O presidente reeleito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (AL-MT), Eduardo Botelho (DEM), disse na manhã da última sexta-feira (29) que não acredita em nenhuma possibilidade de anulação da eleição da Mesa Diretora. Ele afirma que a reeleição em Mato Grosso foi completamente diferente do que aconteceu em Roraima (RR), onde o Supremo Tribunal Federal (STF) afastou o deputado Jaiser Renier (SD) que seguia para o sexto ano consecutivo como presidente do Legislativo.

Botelho explicou que ainda aguarda uma decisão do plenário do STF para saber se a decisão

relativa ao caso de Roraima vai virar jurisprudência para, só então, tomar uma atitude. Até onde se sabe, a decisão sobre Roraima é sobre o caso específico e não tem repercussão geral.

Na avaliação do presidente, os deputados de Roraima abusaram demais e acabaram enfraquecendo o Legislativo, situação que, em sua concepção, é diferente em Mato Grosso. Ele também garantiu que não houve qualquer irregularidade na eleição da Mesa Diretora.

Mesmo alegando que a eleição da AL aconteceu de forma correta, Botelho disse que já discutiu com os parlamentares uma mudança na Constituição Estadual, para evitar que, no futuro, algum deputado se utilize do cargo para poder se perpetuar no poder.

**PAUTA-BOMBA** - Já planejando os trabalhos à frente da AL, Botelho afirmou que as duas primeiras pautas a serem discutidas após a posse da Mesa Diretora serão os vetos do governador

ao PLC 36 (que isenta aposentados e pensionistas de pagar a contribuição previdenciária de 14%) e a Revisão Geral Anual (RGA) do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), dois temas polêmicos, mas que precisam ser votados urgentemente.

“Já na semana que vem vamos colocar dois vetos em discussão, o da aposentadoria [PLC 36] e o veto do RGA do TJ-MT; estou pedindo para os deputados não pedirem vistas para a gente já votar e definir isso na semana que vem”, falou.

Botelho também pretende debater com os deputados os vetos a nove emendas feitas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021. Os parlamentares vão avaliar se realmente houve algum erro por parte da Assembleia que justificasse esses vetos, bem como uma forma de resolver essas situações. Os vetos da LOA também serão submetidos ao Plenário, mas ainda não há previsão de quando serão votados.



Na avaliação de Botelho, os deputados de Roraima abusaram demais e acabaram enfraquecendo o Legislativo

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

## Janaina visa presidência, mas não descarta ser vice

**Da Redação**

Uma das principais lideranças da nova geração política de Mato Grosso, a deputada estadual Janaina Riva (MDB) tem clareza de seus objetivos para os próximos anos. Em conversa com a imprensa na manhã da última sexta-feira, 29 de janeiro, ela falou sobre o assunto e ressaltou que seu plano é chegar à presidência da Assembleia Legislativa.

Janaina foi questionada sobre a possibilidade de ser indicada a vice do atual governador, Mauro Mendes (DEM), numa possível candidatura à reeleição no próximo ano. Para ela, o cargo de vice exige laço de intimidade com o titular e custa a independência política.

“Neste primeiro momento, se você perguntar pra mim se eu pretendo ser vice, eu preferiria continuar deputada porque é uma independência maior, acho que tem mais o meu estilo. Não sei se eu me adaptaria a uma vice”, disse.

E continuou: “acho que vice tem que ser uma pessoa que combine com a cabeça de chapa. Não é que eu descarte, porque isso depende muito do partido, mas, na perspectiva que eu tenho, de um dia ser presidente da Assembleia, eu preferiria ter minha independência”.

Já sobre a possibilidade de ser lançada ao cargo de governadora por seu partido, a deputada ponderou que Mauro Mendes, caso dispute a reeleição, é um candidato forte, prin-

cipalmente por causa do Programa Mato Grosso Mais, que prevê investimentos na ordem de R\$ 9 bilhões em vários setores.

Segundo a deputada, 22 de 23 novos prefeitos eleitos pelo MDB querem apoiar a reeleição do governador, o que também precisa ser considerado antes de qualquer posicionamento oficial. Quem deve se opor a este apoio é Emanuel Pinheiro, que administra a capital e é opositor ferrenho de Mauro Mendes.

Os dois já chegaram a andar de braços dados. Hoje, porém, a briga de ambos ultrapassa os limites do bom senso e, por vezes, se enfrentam em situações que dão a impressão de que a oposição se dá apenas para cutucar o adversário.

**SOBERBA POLÍTICA**

## Faiad avisa: condições de Gisela não serão atendidas

**Da Redação**

O MDB já começou a se articular para as eleições estaduais que acontecem em 2022 e trabalha para atrair novos filiados. Entre eles, está o nome da advogada Gisela Simona (Pros), que disputou o cargo de deputada federal em 2018 e a Prefeitura de Cuiabá em 2020.

Em conversa com Carlos Bezerra e com a deputada estadual Janaina Riva (MDB), Gisela agradeceu o convite, mas disse que uma possível ida ao partido dependeria da saída de Emanuel Pinheiro (MDB), seu rival na eleição à Prefeitura. O advogado Francisco Faiad, que presidiu o partido até o fim de 2020 e segue como liderança na sigla, foi categórico

em dizer que o pedido de Gisela não será atendido.

“Infelizmente se ela pensa assim, ela não vai se filiar, porque o Emanuel segue firme no partido, continua trabalhando e não pensa em trocar o MDB por nenhum outro partido; está muito bem e satisfeito aqui”, falou.

Assim que soube do convite do MDB, o presidente estadual do Pros, Carlos Frederick, convidou Emanuel e Francisco Faiad para se filiarem ao seu partido. Faiad confirmou à nossa reportagem o convite e disse que ficou muito satisfeito com a procura, mas que nenhum dos dois pensa em deixar o MDB.

O advogado também falou que o recente embate entre membros do

partido – protagonizado por Emanuel Pinheiro e Janaina Riva – está superado, que os filiados já se acertaram sobre a rusga e que em fevereiro deve acontecer uma reunião entre os correigionários para definir a presidência municipal.

“Está tudo resolvido, o diretório regional com o presidente Carlos Bezerra já marcou para o início de fevereiro uma reunião e estou tranquilo em relação a esse assunto. Eu vejo que fiz um bom trabalho à frente do MDB municipal, elegemos o prefeito da capital, vereadores, fizemos o presidente da Câmara Municipal, então estamos satisfeitos, e preparados para qualquer decisão”, pontuou Faiad.

**TRETA ENTRE COLEGAS**

## Elizeu diz que Favero tem medo de disputar com PSL

**Da Redação**

O deputado Elizeu Nascimento (PSL) criticou duramente seu colega de Parlamento e correligionário Silvio Favero, que planeja deixar a legenda devido ao pedido de impeachment feito contra o presidente Jair Bolsonaro. Em conversa com jornalistas na manhã da última sexta-feira (29), Elizeu chamou o colega de egoísta e oportunista.

O parlamentar avalia que Favero está deixando o PSL de forma errada. Ele diz que o colega deveria deixar o partido respeitosamente, ‘com as portas abertas’ para um possível retorno no futuro.

“Não é dessa forma que a gente conquista

uma saída. Temos que sair de forma respeitosa, respeitando as bandeiras partidárias e a democracia. Agora, sair da forma que ele está fazendo, tentando jogar na lama o nome de um partido, acho que ele está sendo muito egoísta e oportunista”, disse Elizeu.

O deputado citou que, assim como Favero, é defensor do presidente Bolsonaro e continuará defendendo sua permanência no cargo, contrariando a orientação nacional do partido. Por isso, ele não aceita a justificativa de Favero para deixar a sigla e diz que o argumento é “ridículo”.

Elizeu ainda ‘cutucou’ Silvio e citou o baixo número de votos que

ele obteve na eleição em 2018, alegando que a decisão de sair do PSL foi sábia.

“Ele está pensando de uma forma sábia, estratégica, em buscar outro partido, porque o Ulisses foi eleito com 18 mil votos, Elizeu com 21 mil votos, Delegado Claudinei teve quase 30 mil votos, enquanto ele (Favero) teve apenas 10 a 11 mil. Então, a vaga é do partido e não dele. Ai ele pode estar assustado em disputar a vaga com outros deputados do PSL e busca provocar uma saída. Ou seja, ele quer ser expulso do partido hoje para ir para o partido no qual ele está trabalhando a construção de uma chapa”, falou.

**SETOR PRODUTIVO**

## Dilmar conversa com Mendes e pede redução de tributos

**Da Redação**

O deputado estadual Dilmar Dal Bosco (DEM) disse que conversou com o governador Mauro Mendes (DEM) e com o secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, para que seja revista a carga tributária cobrada do setor produtivo em Mato Grosso.

O pedido foi feito em um encontro do deputado com representantes do setor no estado. Dilmar disse que não é contra o reajuste, no entanto, o atual formato de cobrança necessita de uma correção, já que Unidade Padrão Fiscal (UPF) é corrigida pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI), que acumulou alta de 24,27% enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mesmo período teve reajuste de 4,31%. Em janeiro de 2020, a UPF estava fixa-

da no valor de R\$ 146,44, saltando para R\$ 181,98 atualmente.

“Já conversei com o Gallo, com o governador e eles mesmos confirmaram que precisa ser revisto esse reajuste. Eu disse ao governador que o próprio Estado paga algumas dívidas com juros baseados no IPCA, e isso que o setor produtivo pede. Já no início de fevereiro pretendemos resolver essa situação”, disse.

O presidente da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Fernando Cadore, defendeu que o valor da UPF atinge diretamente o cidadão que vai pagar em seus débitos fiscais, como taxas do Corpo de Bombeiros, do Judiciário, licenciamento ambiental, entre outros.

Dilmar também revelou que outra articulação que está realizando para diminuição de tributos é

referente ao setor frigorífico. Atualmente o setor de carne reclama que o atual valor e sistema de cobrança de impostos no estado têm estimulado a exportação de animais vivos para outros países.

O parlamentar falou que vai sentar com representantes dos frigoríficos em Mato Grosso e também fazer reuniões com a associação dos Criadores de Mato Grosso (Acriamat), para que esse problema tenha uma solução.

Prestes a iniciar a nova legislatura no dia 1º de fevereiro, Dilmar Dal Bosco falou que neste primeiro semestre haverá muitas pautas para serem discutidas na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (AL-MT), como a votação da PLC-36, discussão do ICMS do gado, ICMS da piscicultura, cota zero, RGA do Tribunal de Justiça, Lei do Pantanal, dentre outras.

**FIM DE FARRA**

Novo decreto transforma os dias 15, 16 e 17 de fevereiro em dias úteis, proibindo qualquer realização de eventos carnavalescos

# Cuiabanos vão trabalhar no Carnaval

Gilberto Leite

**Da redação**

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro assinou um novo decreto com ações de enfrentamento ao novo coronavírus e transformou as datas 15, 16 e 17 de fevereiro em dias úteis. Festas e eventos carnavalescos estão proibidos na capital. A decisão foi elogiada pelo secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo.

“Foi uma ótima decisão correta. Nós temos que evitar aglomerações, estamos à beira de

um colapso na assistência hospitalar no estado de Mato Grosso, sendo demandado inclusive para outros estados para auxiliar com pacientes onde já colapsou, então toda a decisão neste momento que possa propiciar a diminuição de aglomerações é digna de aplauso e nós aprovamos essa medida”, pontuou.

Emanuel determinou ainda que as secretarias municipais competentes, suspendam a emissão de qualquer tipo de autorização para eventos e festejos nos dias 15 e 16 de fevereiro, sob pena de multa para quem descumprir o decreto.

A medida, conforme o prefeito, foi tomada por causa do crescente número de casos confirmados, bem como de óbitos decorrentes do vírus.

A festa, que é uma tradição no país, evidencia uma probabilidade de alta transmissão, com risco de agravamento do atual quadro de saúde pública, que já beira o colapso.

**DISQUE DENÚNCIA** - Para atendimento das denúncias referentes ao descumprimento das disposições contidas no decreto, o Município disponibiliza os seguintes canais de comunicação: Disque Silêncio (fone: 99341-3000) e Polícia Militar (fone: 190). A fiscalização será realizada pelas secretarias municipais de Ordem Pública, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, de Mobilidade Urbana (Semob), Vigilância Sanitária, além da Polícia Militar (PM).

(Com Assessoria de Imprensa)



Prefeito Emanuel Pinheiro decretou expediente normal no feriadão de Carnaval e proibiu eventos

**CONFIANTE**

## BRT foi escolha junto ao Ministério, diz Mendes

**Da redação**

O governador Mauro Mendes (DEM) acredita na substituição do modal VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) pelo BRT (Ônibus de Trânsito Rápido, em tradução livre) sem nenhum problema e empecilho, já que o estudo foi técnico e teve a participação do Ministério do Desenvolvimento. A declaração foi feita na última sexta-feira, 22, durante a entrega de 250 viaturas para as forças de segurança.

O democrata falou com a imprensa sobre o assunto e afirmou que as reuniões para a troca para o novo modal continu-

am avançadas. Segundo ele, o trabalho está tendo sequência normal para a instalação do BRT em Cuiabá e Várzea Grande.

“O governo fez um estudo técnico e profundo com 1.400 páginas e estamos muito seguros da decisão, no campo técnico e no campo jurídico e vamos dar prosseguimentos aí em todas as tratativas e tem alguns desdobramentos para serem tomados e o governo está diligentemente cuidando de todas as ações”, declarou.

Segundo o governador, a troca contou com o apoio de técnicos do Ministério do Desenvolvimento. Ele acredita

que se a decisão for técnica e seguir os princípios republicanos, as duas principais cidades do estado terão o BRT.

Em contrapartida, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), anunciou na última quinta-feira (21) a criação de um Comitê de Análise Técnica para Definição do Modal de Transporte Público da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.

A equipe formada irá avaliar qual modal é viável para a Capital e também os estudos do Governo do Estado que, em decisão unilateral, optou pela troca do VLT pelo BRT.

**CRISE ECONÔMICA**

## Prefeitos se unem por auxílio

**Da redação**

Mesmo com o anúncio da compra de vacinas no Brasil, o número pequeno de doses fez com que os prefeitos do país se unam para cobrar do governo federal a manutenção do auxílio emergencial por mais alguns meses. A afirmação é do presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, na última segunda-feira (25).

Segundo ele, uma conversa já foi mantida com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Uma reunião com a equipe econômica do governo federal também teria sido realizada na semana passada.

Neurilan disse que o encontro foi feito por

videoconferência com a equipe do ministro Paulo Guedes, além de conversas com as lideranças políticas dentro do Congresso Nacional, que já negociam a continuidade do auxílio emergencial para a população e também o pagamento do auxílio emergencial para as prefeituras.

“A crise econômica continua e, agora, com o agravamento da pandemia e essas medidas de isolamento social, a economia é ainda mais afetada. Precisamos ter o auxílio tanto para a população (pois o desemprego ainda é alto) quanto para os municípios”, falou.

O presidente disse ainda que não há sinalização positiva por parte do governo federal,

pois uma decisão ainda depende do número de pessoas que serão vacinadas no país. Neurilan detalhou que há insegurança e incerteza em relação ao número de imunizados, e se até no segundo semestre tiver um grande número de pessoas vacinadas, isso sinalizará uma boa notícia para a economia e o auxílio não deverá ser mantido.

“Até a própria equipe econômica do governo tem essa incerteza se terá um grande número de pessoas vacinadas e, por isso, ainda não há uma sinalização positiva do governo, mas estamos conversando pela manutenção e, na semana que vem, deveremos ter outra reunião para tratar do assunto”, pontuou.

**NOVO CAMPUS CUIABÁ**

## Unemat deve lançar o 1º vestibular ainda este ano

**Gabriel Soares**

O deputado estadual Wilson Santos (PSDB) confirmou, em entrevista ao Estadão Mato Grosso, que a Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) irá lançar vestibular para seus primeiros cursos em Cuiabá já neste ano de 2021, com início das aulas no segundo semestre.

Wilson é autor de uma emenda ao orçamento do Estado que garantiu R\$ 2 milhões para custear a abertura dos cursos em Cuiabá, movimento que é considerado ‘o primeiro passo’ para a construção de um polo definitivo da universidade na capital.

“Os primeiros recursos são para garantir pagamento de salários, transporte, diárias, mão de obra, insumos necessários para o funcionamento e realização do primeiro vestibular. Então, esses 2 milhões de reais fecham os insumos necessários para dar início ao funcionamento da Unemat Polo Cuiabá”, explicou.

A perspectiva é que ao menos 200 vagas sejam ofertadas neste primeiro vestibular em

três cursos. Destas, ao menos 50 devem ser destinadas ao curso de Engenharia de Produção, tido como uma aposta para alavancar e modernizar a economia mato-grossense.

“A ideia é realizar o primeiro vestibular em junho ou julho e, já a partir de agosto, [iniciar] o primeiro semestre. A sede provisória vai ser no bairro Carumbé, nas mesmas

instalações da futura Escola Técnica Estadual”, explicou o deputado.

**CAMPUS DEFINITIVO** - Wilson também revelou que está articulando junto a em-

presários a doação de uma área de aproximadamente 20 hectares para a construção do campus em Cuiabá. Segundo o parlamentar, as conversas neste sentido já estão “bem avançadas”, mas a localização ainda não foi revelada.

Apesar disso, o deputado garantiu que a sede administrativa continuará em Cáceres (240 km de Cuiabá), até como uma forma de respeito à história da instituição, que foi criada em 1978 com o nome de Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), uma autarquia municipal da ‘Princesinha do Pantanal’.

“Nós não queremos a transferência da sede administrativa. Sou autor de uma emenda à Constituição do Estado garantindo em definitivo a sede administrativa da Unemat em Cáceres”, explicou.

“Quase todas as universidades estaduais do Brasil estão nas capitais dos estados, isso já é algo tradicional e notório. Em que pese a Unemat estar chegando aos seus 30 anos, ela não está na capital; precisa chegar a Cuiabá”, concluiu.



O deputado Wilson Santos é autor da emenda que garantiu R\$ 2 milhões para custear abertura de cursos da Unemat em Cuiabá

## IMPLANTAÇÃO POR VG

Presidente da ALMT reconheceu que a situação das obras na Avenida da FEB é calamitosa e que o município ficou impedido de resolver

# Botelho promete articular BRT

Mauricio Barbant/ ALMT



Diante disso, Tardin pediu que Botelho interceda junto ao governo para que as obras do BRT comecem por Várzea Grande.

“Que seja VLT ou BRT, mas que seja feita alguma coisa para resolver isso. Vidas foram ceifadas naquela avenida. A avenida é um cartão-postal não só de Várzea Grande, e sim de Mato Grosso, mas as pessoas chegam ali e veem aquela vergonha e não podemos fazer nada. Precisamos da força de todos para resolver essa situação”, disse.

Botelho reconheceu que a situação das obras na Avenida da FEB é calamitosa e que o município ficou impedido de resolver, ao contrário de Cuiabá, que fez um novo canteiro central nas avenidas afetadas.

“Vou levar, pois é justo. Foi o local que mais sofreu. A Avenida da FEB tem aquele trambolho lá no meio e não tem nem como arrumar. Cuiabá ainda conseguiu refazer os canteiros e melhorou o visual”, pontuou.

**OUTROS TEMAS** – Botelho também citou ainda a importância da expansão da ferrovia de



Presidente Eduardo Botelho e deputados se reúnem com vereadores de Várzea Grande

Rondonópolis a Cuiabá, que beneficiará o município vizinho. “Temos lutado muito por isso. Fizemos várias audiências públicas, inclusive com a participação do Senado Federal. Pode-

mos fazer uma audiência pública aqui em parceria com a Câmara de Várzea Grande”, sugeriu.

Os temas ambientais também devem pautar diversas discussões, se-

gundo Botelho. “Temos grandes lutas, como a questão do Pantanal e da pesca, e é muito importante Cuiabá e Várzea Grande estarem inseridas nisso. Estamos nesse processo de fazermos

grandes mudanças para as gerações futuras e quero que toda a estrutura da Assembleia seja aproveitada para essas discussões”, frisou.

(Com informações da assessoria)

Gabriel Soares

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), esteve reunido na última quarta-feira (27) com vereadores de Várzea Grande para firmar uma parceria entre os legislativos estadual e municipal para debater temas sensíveis da cidade. Entre eles está a mudança do modal de transporte coletivo, do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para o Ônibus de Trânsito Rápido (BRT).

Fábio Tardin (DEM), presidente da Câmara, lembrou que Várzea Grande foi a cidade que mais perdeu com a paralisação das obras do VLT, especialmente na região da Avenida da FEB, onde vários estabelecimentos comerciais foram fechados nos últimos anos.

Mayke Toscano/Secom-MT



Governador Mauro Mendes sancionou a LOA 2021, mas barrou emendas para Universidade e Segurança Pública

## LOA 2021

# Mauro (DEM) sancionou a Lei Orçamentária Anual

Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (DEM) sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021 com veto a nove alterações feitas pelos deputados estaduais. Com previsão de receitas e despesas de R\$ 22,1 bilhões, a matéria foi publicada no Diário Oficial do Estado (Iomat) que circula na última quinta-feira (28). Os deputados ainda podem derrubar o veto, que será submetido a análise da Assembleia Legislativa.

O Orçamento de 2021 prevê R\$ 2,1 bilhões em investimentos com recursos próprios do Estado, valor que foi considerado ‘marco histórico’ pelos parlamentares à época da votação. A matéria encaminhada ao governador continha 247 alterações feitas pelos deputados.

Entre as emendas vetadas está uma elaborada pelo deputado Wilson Santos (PSDB), que destinava R\$ 2 mi-

lhões à Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), com o objetivo permitir o lançamento do primeiro vestibular do polo Cuiabá, entre os meses de junho e julho deste ano.

O governador apontou que a emenda retirava recursos da reserva de contingência, manobra impedida pela Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) aprovada pelos deputados em 2020. Além disso, Mauro apontou que há inconsistências nos anexos que acompanham a emenda.

“Assim, mesmo que fosse possível anular recursos da reserva de contingência, não teria como a emenda ser operacionalizada, por estar com erro. Dessa forma, por ferir dispositivos legais, impõe-se o veto da emenda 278”, diz trecho do veto.

Outra alteração que foi vetada é a transferência de R\$ 5 milhões da Comunicação para a Secretaria de Meio Ambiente,

proposta pelo deputado Lúdio Cabral (PT). O mesmo motivo foi usado para vetar outras duas emendas semelhantes, que transferiam R\$ 6 milhões da Comunicação para pagamento da folha salarial da Segurança Pública e R\$ 3 milhões para a melhoria da estrutura da Politec.

Ao vetar esses trechos, Mauro destacou que a Constituição Federal obriga os entes federados a destinar parte de seus recursos para a publicidade geral de seus atos, devendo divulgar obras, serviços e campanhas de órgãos públicos à população. No caso, o valor representa menos de 0,5% da receita prevista pelo Estado.

“A redução do orçamento da Casa Civil, no que tange à ação 2766 - Comunicação Institucional e Propaganda, pode comprometer a observância ao Princípio Constitucional da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal”, diz trecho do veto.

## BARRAR O BRT

# "Questões políticas", diz PGE em pedidos de Pinheiro

Da Redação

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) se manifestou na última quarta-feira (27) sobre os reiterados pedidos feitos pelo prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), na justiça para barrar a troca do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) pelo Bus Rapid Transit (BRT) na capital e em Várzea Grande.

O procurador Carlos Antônio Perlin, que assina a manifestação, afirma que há uma clara demonstração do uso indevido e abusivo da Justiça por parte

de Emanuel no embate sobre a troca do modal, simplesmente por questões políticas e pessoais.

Carlos detalha no documento que é de conhecimento público a animosidade entre Emanuel e Mauro Mendes (DEM). Por conta dessa situação, o prefeito tentado de todas as formas impedir a troca do modal, segundo ele.

A PGE reforça que não é ilegal o pedido feito pelo gestor municipal, mas salienta que causa um desgaste desnecessário na justiça, simplesmente por decisões políticas.

“Não se está afirmando a existência de ilegalidade no ajuizamento da ação. O direito de ação é constitucional e legítimo. Todavia, o processo judicial não pode servir de palco para contendas unicamente políticas, decorrentes de animosidades e de claro agir estratégico/lawfare que macula o devido processo legal”, argumentou.

Emanuel já teve quatro pedidos feitos na justiça negados, sendo dois do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e dois no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

## TOLERÂNCIA ZERO

# Servidores que furarem fila da vacina serão penalizados

Da Redação

O secretário municipal de governo de Cuiabá, Luís Claudio, disse que o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) ordenou que os órgãos controladores do município fiscalizem todas as denúncias de pessoas que possam estar furando filas na campanha municipal de imunização contra a covid-19.

Luís Claudio citou que uma ouvidoria foi instalada no Centro de Eventos do Pantanal, onde foi montada uma estrutura para vacinar o grupo prioritário, formado por profissionais da saúde que atuam na capital. A ouvidoria disponibilizou sete servidores, que atuarão em escala para garantir atendimento em tempo integral.

Durante entrevista à Rádio CBN na manhã da última quarta-feira (27), o secretário falou que o município segue o cronograma elaborado pelo Ministério da Saúde, cuja prioridade é imunizar os profissionais da saúde que estão atuando no combate à pandemia. Ele afirmou que servidores públicos que venham a furar a fila serão penalizados.

“A gente vê com um crime e é tolerância zero com quem tentar ou furar a fila da vacinação. Se for servidor efetivo, abriremos um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Se for comissionado, será exonerado imediatamente, caso se comprove que essa pessoa efetivamente fez isso”, detalhou na entrevista.

A secretária municipal de Saúde, Ozenira Félix,

também mandou instaurar uma auditoria em todas as pessoas que foram vacinadas pelo município até o momento. A decisão foi tomada após a vereadora Edna Sampaio (PT) enviar um ofício para a secretária denunciando pessoas que estariam tendo prioridade na hora da imunização.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Cuiabá já dispõe de doses suficientes para imunizar 75,7% dos trabalhadores da saúde da rede pública e privada da cidade, inclusive no grupo 1 do Plano Nacional de Imunização.

Este é o terceiro lote de vacina contra a covid-19 entregue à capital, totalizando 17.687 doses recebidas até o momento.

## BAÍA DE CHACORORÉ

Instituições já identificaram algumas causas que impedem o fluxo da água e definiram medidas emergenciais para reverter situação

# Desvios contribuíram para a seca

Marcos Vergueiro/Secom-MT

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA  
Unimed

## Da Redação

Ações emergenciais para restabelecer o fluxo da água para a Baía de Chacororé, em Barão de Melgaço, terão início após vistoria identificar que desvios construídos ao longo da rodovia Estirão Comprido, para reforma das pontes, estão interrompendo o escoamento. As medidas foram definidas pelas secretarias de Meio Ambiente (Sema) e Infraestrutura (Sinfra), Assembleia Legislativa, Ministério Público e governo de Mato Grosso.

As instituições definiram que, em caráter emergencial, já serão feitas as desobstruções dos corixos que cruzam a estrada vicinal, de responsabilidade do município. Além disso, será realizada a desobstrução de quatro pontos de passagem de água e limpeza de canal do rio Chacororé, e desobstrução dos corixos Manoel Domingos e Lueggi.

“Vamos imediatamente remover os aterros que estão impedindo que a água chegue até a baía. Nesse momento, os cursos apresentam

pouca água devido à seca que estamos enfrentando, porém essas ações serão importantes quando o fluxo aumentar”, explica Nadja Felfili, superintendente ambiental de obras da Secretaria de Infraestrutura (Sinfra-MT).

Além das ações emergenciais, que devem ter início já nos próximos dias, o grupo também definiu que dentro de dez dias irá apresentar um plano de ação com as medidas a serem tomadas em médio e longo prazo.

“A médio prazo vamos realizar um estudo em todos os corixos às margens do rio Cuiabá para verificar se foram construídos diques e quais os impactos que a remoção dessas estruturas terá no fluxo de água e nas comunidades do entorno. A longo prazo, vamos estudar a desobstrução do córrego Cupim que abastece o banhado a partir da Serra de São Vicente”, detalha o secretário adjunto executivo da Sema, Alex Marega. Os estudos também terão apoio do Juizado Volante Ambiental (Juvam).

Os trabalhos realizados serão acompanhados pela Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Carlos Avallo. O professor Rubem Mauro foi designado para acompanhar os trabalhos de mitigação dos danos ambientais



Visita Técnica na Baía de Chacororé realizada por representantes da Sema, Sinfra, Assembleia Legislativa e Ministério Público

representando o Poder Legislativo.

**MONITORAMENTO** - A Sema monitora o nível e a qualidade da água da Baía de Chacororé desde 1999, quando foi construída uma barragem submersível no corixo do Mato para manter o nível da água da baía. O mesmo tipo de estrutura foi feito no corixo Tarumã para assegurar o nível de Siá Mariana. O corixo do Mato liga as duas baías, já o Tarumã conecta Siá Mariana ao rio Cuiabá.

A contenção feita com pedras e terra tem cerca de 2,5 metros de altura e, além de controlar o fluxo, melhora a qualidade da água. “O que vimos desde 1999 com a construção da barragem foi uma melhora significativa na qualidade da água das baías, melhorando o ambiente para a vida dos peixes”, relembra Rafael Teodoro de Melo, engenheiro sanitário da Sema.

Em 2010, a barragem do corixo do Mato foi destruída por ação humana e precisou ser

refeita. Já em 2020, novas avarias foram encontradas e a própria comunidade recompôs a barreira.

Os corixos são corpos hídricos que levam água, nutrientes e ovas e peixes nos dois sentidos: na enchente leva água dos rios para a baía e na vazante a água e os peixes são levados de volta para o rio. Já um rio corre apenas em um sentido a partir de sua nascente.

A baía de Chacororé é abastecida a montante, parte alta, pelos rios

Cupim e Água Branca que descem da região da Serra de São Vicente, já a parte baixa da baía é abastecida pelos corixos que ligam o banhado ao rio Cuiabá e pelo rio Chacororé.

Na cheia, o Complexo de Baías de Chacororé chega a 4,5 mil hectares de lâmina de água, a partir da união com Siá Mariana e Lago de Mimoso. Já na época da estiagem, a baía Chacororé ocupa área de 11 mil hectares.

(Com Assessoria de Imprensa)

## SISTEMA HÍBRIDO

# Aulas retornam em março e pais comemoram decisão

## Gabriel Soares

A liberação para retomada das aulas no sistema híbrido em Cuiabá, anunciada nesta semana pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), foi recebida com entusiasmo pelo grupo de pais e mães que integram o movimento 'Escolas Abertas Cuiabá'.

Com cerca de 2 mil associados, o movimento realizou uma série

de manifestações nos últimos dias pedindo a liberação das aulas presenciais na rede particular de ensino. A pressão surtiu efeito e o prefeito liberou a volta das aulas não só na rede particular como também na rede pública.

“Ter um decreto com data para reabertura das escolas é uma verdadeira vitória! Sabemos que não é a data que gostaríamos, porém já traz um

alento para as famílias cuiabanas que poderão reinserir seus filhos com segurança em um banco escolar para construir seu futuro”, disse Francielle Brustolin, uma das organizadoras do movimento.

A volta às aulas presenciais não será imediata. Devido ao momento da pandemia que a cidade atravessa, o prefeito preferiu determinar aulas remotas em

fevereiro. Escolas particulares passam a adotar o modelo híbrido (aulas presenciais e mistas, com rodízio de alunos nas salas de aula) já em março, mas a rede pública só irá migrar para o sistema híbrido em abril.

No caso da Educação Infantil (de 0 a 5 anos e 11 meses), especificamente, o decreto autoriza o retorno 100% presencial, desde que

seja também respeitada a limitação de 50% da capacidade de cada sala. Para o ensino técnico e profissionalizante e ensino superior, a determinação é de que, de 1º a 28 de fevereiro, as atividades ainda ocorram virtualmente e, a partir de 1º de março, no sistema híbrido.

Para reabrir, as escolas precisam apresentar à Prefeitura um plano estratégico de

retomada segura das atividades. “As escolas devem se unir nessa pressão cada vez mais, além de se adequar ao decreto de imediato, fazer os planos e colher as assinaturas dos pais! Devemos manter a entrega de informações sobre a forma correta de se analisar abertura das escolas, que não é por número de covid”, destacou Francielle.

## ESTUDANTES MT

# 45% dos nossos alunos não têm acesso à internet

## Da Redação

Nada menos que 45% dos alunos da rede pública estadual de ensino de Mato Grosso não acessam a internet. De forma não presencial (on-line ou por meio de apostilas), as aulas retornarão no próximo dia 8 de fevereiro e quase metade dos estudantes não possuem computador, celular, tablet, e o essencial: banda larga.

“Diagnóstico feito no ano de 2020 revelou que 45% dos nossos alunos não têm acesso à internet. Foi um ano muito ruim, erramos em alguns pontos e pretendemos melhorar em 2021. Estaremos disponibilizando apostilas impres-

sas, plantão de dúvidas, ferramentas tecnológicas, além dos canais de WhatsApp para que o aluno entre em contato com o professor e tire suas dúvidas”, informou Alan Porto, secretário de Estado de Educação (Seduc-MT).

A decisão de retorno às aulas no próximo mês foi tomada pelo governo do Estado e levou em consideração o aumento no número de casos de covid-19 em Mato Grosso e a crescente demanda por leitos de UTI. As aulas presenciais estão suspensas desde março de 2020.

“A decisão foi tomada para preservar a saúde dos profissionais da Educação e as famílias

dos alunos, em decorrência do aumento no número de casos da doença no Estado e a ocupação dos leitos de UTI”, destacou o governador Mauro Mendes ao anunciar a decisão no dia 15 de janeiro.

Em enquete realizada pela Seduc, 55% dos servidores e 48% dos pais ou responsáveis pelos estudantes disseram que gostariam que as aulas na rede estadual continuem no sistema não presencial neste momento. Já a opinião dos alunos foi bem diferente: cerca de 43% votaram pelo retorno presencial e apenas 26% pelo híbrido.

Mato Grosso conta com mais de 700 escolas

estaduais, com 380 mil alunos e 40 mil profissionais da Educação. De acordo com o secretário de Estado de Educação, Alan Porto, “a infraestrutura escolar está preparada para atender os alunos e profissionais tanto no ensino não presencial como no híbrido”.

“Não é o ideal [ensino online], é uma ferramenta. Nada substitui o professor dentro de sala de aula, mas neste momento de pandemia estamos usando todas as metodologias disponíveis. Tudo que está ao nosso alcance estamos fazendo para tentar recuperar a aprendizagem dos nossos alunos”, destacou Porto.

Outra decisão do governo será avaliar toda segunda-feira a curva epidemiológica da doença. Ou seja, verificar se os casos estão aumentando ou diminuindo, para decidir se as aulas serão mantidas de forma não presencial ou irão para a modalidade híbrida (em que se intercala alunos estudando de forma presencial e a outra parte de forma não presencial).

**SISTEMA VIRTUAL** - No último dia 20 de janeiro, o governo assinou um termo de cooperação técnica com a empresa Google para utilização da plataforma G Suite For Education, conjunto de

ferramentas pedagógicas que vai ajudar a modernizar a forma de ensino nas escolas da rede estadual.

O Google for Education possibilita aumentar a interação entre professores e estudantes, com facilidade de acesso. O material didático fica salvo automaticamente em nuvem, permitindo que estudantes e professores possam ter acesso a livros, tarefas, trabalhos, documentos, e-mails e agendas a qualquer hora do dia, por meio de dispositivo conectado à internet.

A parceria não terá custos para a Seduc e a duração é de cinco anos.

## PESQUISA

Passado o momento emergencial, trabalhadores dizem que modelo se tornou “muito confortável”, mas ainda é preciso melhorar alguns aspectos

# Novos desafios do trabalho remoto



## Da redação

Passados dez meses da pandemia, profissionais que migraram para o trabalho remoto passaram a considerar o modelo ‘muito confortável’, mas fazem alerta para novos problemas com comunicação e interações sociais. Os apontamentos fazem parte da pesquisa Mobility Brasil, desenvolvida pela Global Line em parceria com a Worldwide ERC.

Um dos resultados da pesquisa, que investigou o grau de conforto com o trabalho remoto, mostra que 58% dos entrevistados apontaram como uma situação ‘muito confortável’, 36% como ‘confortável’ e apenas 6% alegaram desconforto com o teletrabalho.

A pesquisa Mobility Brasil 2020 foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2020, a partir de dados coletados em de 145 empresas multinacionais. As empresas participantes são predominantemente de grande porte, sendo que 69% delas têm mais de 10 mil funcionários e 70% faturam mais de US\$ 1 bilhão.

A emergência sanitária forçou profissionais e empresas a se adaptarem a uma rotina pouco conhecida. Naquele momento, os primeiros desafios exigiam rápida adaptação dos funcionários e novas habilidades de gestão das equipes de trabalho.

“Felizmente, esses desafios foram respondidos com o desenvolvimento de novas atitudes e habilidades, que permitiram superar as dificuldades antecipadas e, hoje, a grande maio-

ria dos profissionais se sente confortável com o modelo de trabalho remoto”, ressaltam os pesquisadores.

Durante o isolamento social, o home office foi uma das estratégias adotadas por 46% das empresas e 29% querem manter o método para, pelo menos, metade do quadro ou até todos os funcionários. Os dados em questão foram levantados pela Fundação Instituto de Administração (FIA), que contribuiu com a pesquisa Mobility Brasil. Para se chegar a esse percentual, a fundação coletou dados de 139 empresas, entre pequenas, médias e grandes.

**NOVOS DESAFIOS** – Dado início à fase de vacinação no país observava-se um aumento da expectativa para o fim da pandemia e a possibilidade de retorno das atividades presenciais. Entretanto, boa parte dos trabalhadores que experimentaram o modelo remoto gostou da experiência e aponta os problemas que devem ser corrigidos no pós-pandemia.

“Apesar do sucesso do trabalho remoto, ficou claro que, aplicado isoladamente, este modelo ainda apresenta desafios não resolvidos para a construção de equipes fortes e com boa performance. A incorporação do modelo de trabalho remoto demandará maior foco das empresas no desenvolvimento de habilidades interpessoais, como comunicação e colaboração”, avalia os pesquisadores.

Segundo a pesquisa Mobility Brasil 2020, quando os entrevistados foram questionados sobre os desafios de trabalhar em equipe remotamente, a maioria dos respondentes (68%) respondeu que socializar era a maior barreira. Quanto aos temas que o grupo considera que merecerão maior atenção, 79% apontaram que a segurança de dados será o maior desafio.

pelo instituto mostraram um predomínio do setor formal no trabalho remoto, assim como das atividades de serviço e do setor público. Em setembro, 44,4% das pessoas em trabalho remoto estavam ocupadas em atividades de serviços, 37,7% estavam no setor público, 7% indústria e 5,2% no comércio.

Quanto ao perfil das pessoas que ainda estavam em trabalho remoto em setembro, a maioria era formada por mulheres, de cor branca, com escolaridade de nível superior completo.

A escolaridade é apontada como a característica que mais separa os trabalhadores para o trabalho remoto. Em setembro, 76,1% do total de pessoas que trabalhavam de casa tinham nível superior completo.



Falta de socialização e comunicação são apontadas como os principais desafios do home office

## GRANDE CLIENTE

## MT quer ampliar relações comerciais com o Irã

## Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) se reuniu com o embaixador do Irã em Brasília, Hossein Gharibi, para fortalecer as relações comerciais de Mato Grosso com aquele país.

A reunião ocorreu na noite da última quarta-feira (27), na capital federal. Também estiveram presentes: o senador Carlos Fávaro (PSD), o deputado federal Neri Geller (PP) e os secretários de Estado Mauro

Carvalho (Casa Civil) e Rogério Gallo (Fazenda).

De acordo com o governador, a reunião foi “muito positiva” e ajudou a ampliar as relações comerciais já existentes com o país. Em setembro do ano passado, o embaixador Hossein já havia conversado com o governador, em Cuiabá, ocasião em que foram discutidas as possibilidades iniciais de ampliar o comércio entre as partes.

“Hoje o Irã já é um grande comprador das

nossas commodities e tem grande potencial para ampliar essas compras. Do outro lado, temos muito interesse também em estabelecer relações comerciais comprando ureia, fertilizantes e outros produtos que eles produzem e tem preços bastante competitivos”, afirmou Mendes.

Fávaro destacou a importância de estreitar as conversas com o Irã, uma vez que somente no primeiro semestre de 2019, o país respondeu

por 5,2% das exportações feitas por Mato Grosso.

“Além de consumir os produtos mato-grossenses, o país também é um grande exportador de ureia, produto do qual somos um dos principais consumidores no Brasil. Então esse encontro na Embaixada do Irã é de extrema relevância para fortalecermos e avançarmos nos acordos bilaterais que permitam o desenvolvimento do nosso estado”, pontuou.

## MERCADO DA CARNE

## Falta gado para os frigoríficos

## Da redação

Com pouca disponibilidade de animais para o abate, as indústrias frigoríficas de Mato Grosso têm reduzido suas escalas de abate e encerrou a semana anterior com uma média de 4,63 dias. Porém, nesta sexta-feira (29), elas ficaram 15% mais curtas, sendo de 3,94 dias, pelos dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).

A escala é um indicador importante do setor, pois é ele que demonstra a “sede” da indústria na procura por bovinos para abates ao longo das semanas. O índice representa a quantidade de dias que os frigoríficos contam com animais comprados para manter suas atividades. Sendo assim, se a indústria conta com uma escala mais longa, significa maior oferta de animais, e quando fica mais curta, há menor disponibilidade de animais para abate.

Esse cenário de falta de animais também tem pressionado o preço da arroba, que sofreu valorização de 4% em menos de 20 dias, saindo de R\$ 265,51 para R\$ 276,29. A proteína tem registrado consecutivas altas desde o início de janeiro e essa

elevação dos preços pre-ocupa a indústria local, que prevê paralisação de atividades em algumas plantas frigoríficas.

“Um abate muito diminuído inviabiliza os custos de uma indústria. Neste sentido, existe o risco de alguma paralisação, mas só nos próximos meses teremos uma real leitura disso”, afirma Paulo Bellicanta, presidente do Sindicato dos Frigoríficos de Mato Grosso (Sindifrigio).

O encarecimento da arroba do boi é apenas um dos fatores que elevaram os riscos de fechamento de alguns frigoríficos. Os problemas se acumulam desde o ano passado.

“Existe uma diminuição de oferta de gado para abate e um consequente aumento de preço na arroba do boi hoje. Resultado de vários fatores que vão da falta de chuva nos meses de outubro e novembro ao abate muito grande de fêmeas (matrizes) nos anos 2018 e 2019”, aponta Paulo.

Em 2020, os pecuaristas do estado foram prejudicados pela estiagem prolongada. As chuvas, esperadas para início de setembro, só começaram a aparecer em novembro, ainda assim de forma isolada. Com a pastagem seca e os estoques de suplementos no final, os produtores foram obrigados a pagar mais caro

por insumos, como farelo de soja e milho.

Fatores externos também contribuem para o aumento do risco de faltar animais para abate em Mato Grosso. Um deles é o envio de animais vivos para abate em outros estados ou países, devido a problemas de ordem tributária e logística.

“A história tende a se repetir, caso não exista imediatamente uma ação direcionada para a equação do problema. A evasão da matéria-prima com a saída de mais de 93 mil animais em único mês representa o abate de nove indústrias de porte médio”, recorda o porta-voz do setor.

## Legislação precisa ser melhorada

Outro levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que cerca de 8 milhões de brasileiros passaram a trabalhar de suas casas durante a pandemia. O cálculo foi feito com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, e permite observar a evolução do teletrabalho no Brasil.

“Um contingente não desprezível, o que sinaliza uma possível tendência pós-pandemia e a necessidade de se pensar em um aperfeiçoamento da legislação sobre o tema”, descreve a carta de conjuntura do Ipea, que trouxe os números atualizados até o mês de setembro de 2020.

A carta ainda destacou que as análises feitas



Diminuição da oferta de gado tem levado indústrias a reduzir escala de abates

## SUPERANDO A CRISE

Aumento no número de desempregados fez crescer o número de interessados em qualificação profissional, com aumento de 95% na demanda

## EAD 'bomba' durante pandemia



Da redação

A pandemia fez com que o número de desemprego saísse de 12,3 milhões no início de 2020 para mais de 14,1 milhões ao final do ano. A queda no número de oportunidades acabou contribuindo para o aumento da procura por cursos de qualificação à distância. Em apenas quatro meses de pandemia, as buscas por esses cursos registraram crescimento de 95%, aponta pesquisa feita pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

“Quando perguntamos sobre a intenção de compra pelo EAD, observamos grandes diferenças. Em 2017, 19% da amostra tinham o EAD como opção. Em 2020, antes da pandemia de covid-19, essa intenção de compra era de 4,0% (crescimento de 111% vs. 2017) e, durante a pandemia, esse número cresceu para 78%, com crescimento de 95% em apenas quatro meses.

Observamos que esse comportamento se reflete para as regiões do Brasil”, aponta o estudo.

Alguns fatores contribuíram para essa mudança. Segundo a entidade, o aumento do medo do desemprego e a redução da renda da população impulsionaram os cursos de qualificação.

“O crescimento de 38% na intenção de compra pelo EAD em quatro meses foi impulsionado principalmente pela perda de renda dos alunos; 76% dessa mudança estão relacionados à redução de salário (18%), medo de perder renda (8%) ou perda de emprego (3%). Já o restante, à experiência positiva nos cursos online (5%) e à recomendação pela marca (4%)”, destaca a pesquisa.

Para uma perspectiva a curto e médio prazo, as mudanças ocasionadas na pandemia marcam a quebra de paradigma para o setor, que já prevê que a metodologia EAD deverá superar os cursos presenciais até 2023.

“O cenário de retração econômica foi o responsável pela aceleração deste fenômeno, atraindo em curtíssimo prazo um grande volume de alunos para o modelo EAD. Estima-se que até 2023 a modalidade EAD se equivalha a 64% do mercado de novas ma-



O aumento do medo do desemprego e a redução da renda impulsionaram os cursos de qualificação online

trículas, com volume aproximado 2,56 milhões, enquanto que o presencial se estabeleça com 1,42 milhões”, estima o levantamento feito pela associação.

**CURSOS RÁPIDOS** - Nos primeiros meses da pandemia, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) registrou mais 1 milhão de matrículas. Em Mato Grosso, as maiores procuras foram voltadas para qualificações na área da tecnologia da informação, mecânica, manutenção de equipamentos e gestão.

“A busca pelo conhecimento não foi afetada pela pandemia, nem o reconhecimento das empresas por aqueles profissionais que constantemente, mesmo na crise, priorizam investimentos no seu desenvolvimento pessoal. Para esses, o Senai esteve de portas abertas, o que permitiu treinamentos on-line e presencial (em ambiente controlado)”, ressaltou Carlos Braguiñi, gerente de Educação do Sesi/Senai em Mato Grosso.

De acordo com dados do Senai, desde o início

da pandemia, em março, a procura por vagas abertas e gratuitas em cursos de educação a distância disparou e atingiu a marca de 1 mi-

lhão de matrículas realizadas. Dez cursos de curta duração – com carga horária de 14 horas a 20 horas – foram mais procurados.

## OS 10 CURSOS MAIS PROCURADOS DO SENAI

- 1º - Segurança do Trabalho: 120.487 matrículas
- 2º - Finanças pessoais: 96.374 matrículas
- 3º - Tecnologia da Informação e Comunicação: 84.843 matrículas
- 4º - Noções Básicas de Mecânica Automotiva: 73.513 matrículas
- 5º - Desvendando a Indústria 4.0: 68.167 matrículas
- 6º - Fundamentos de Logística: 62.757 matrículas
- 7º - Lógica de Programação: 59.405 matrículas
- 8º - Educação ambiental: 49.859 matrículas
- 9º - Metrologia: 46.954 matrículas
- 10º - Empreendedorismo: 45.833 matrículas

## AS DORES DA BUROCRACIA

## Porto de Cáceres e ZPE sob ameaça

Da redação

A suspensão do funcionamento do porto de Cáceres (MT) pela Justiça Federal frustrou planos de escoamento da safra de soja 2020/21 por meio da hidrovia e pôde inviabilizar a abertura da Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Em 2020, o local foi recuperado com investimentos de R\$ 3 milhões da Associação Pró-Hidrovia do Rio Paraguai (APH), responsável pelo porto, que tinha precisão de retomar as operações na colheita desta temporada da soja.

A pedido do Ministério Público Federal (MPF), o juiz da 1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Cáceres (MT), Rodrigo Bahia Accioly Lins, acolheu parcialmente o pedido de liminar de Ação Civil Pública no último dia 15 de janeiro.

Na ação, o MPF alegou necessidade de li-

ciamento da hidrovia e de Avaliação Ambiental Integrada, ambos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Segundo os procuradores da ação, os documentos da ação, os documentos são pressupostos jurídicos para expedição de licenciamentos ambientais pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado (Sema-MT), seja ela prévia, de instalação ou de operação.

O órgão pedia a anulação dos licenciamentos já realizados e em andamento do Tramo Norte do Rio Paraguai (trecho entre Cáceres/MT e Corumbá/MS) e da licença de operação do porto de Cáceres. Porém, na decisão, o magistrado apenas suspendeu os processos de licenciamentos.

Para o presidente da Associação Pró Hidrovia do Rio Paraguai (APH), Vanderlei Reck Junior, a decisão é um retroces-

so, pois volta a discutir questões já resolvidas.

“A própria decisão é um pouco confusa. Ela mistura empreendimentos que estão sendo construídos [Porto do Barranco Vermelho e Terminal Portuário Paratutal], que ainda tramita as licenças, e coloca o porto de Cáceres, que já foi construído há muito tempo e que funciona numa hidrovia já consolidada há mais de 100 anos”, alega Vanderlei.

A associação responsável pelo porto de Cáceres recorda também que a discussão levantada pelo MPF já foi abordada pelo mesmo órgão no passado.

“Na época que o Pedro Taques era procurador, essa questão foi levantada e superada juridicamente. Voltando essa discussão, retornamos, estamos dando cem passos para trás, é um absurdo. Isso causa insegurança jurídica para novos investimen-

tos e vai muito além. Ela vai barrar a ZPE, que está sendo construída em Cáceres, pois não faz sentido sua construção se não tiver uma logística atraente, que é o porto. Ela perde sua viabilidade”, explica.

O juiz da 1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Cáceres também determinou ao Ibama para que, no prazo máximo de 60 dias, junte aos autos um plano de trabalho e um prazo adequado para o cumprimento da decisão, que será apreciado pelo juízo após manifestação do MPF.

O magistrado também advertiu que, em caso de descumprimento da ordem judicial, será apurada a responsabilidade pessoal das autoridades ou gestores nas esferas cível e por improbidade, sinalizando com a possibilidade de multa de R\$ 100 mil por dia de descumprimento ou por ato de violação, conforme o caso.

## Porto funcionaria em fevereiro, após 10 anos

Da redação

Em janeiro de 2020, um acordo de cooperação foi assinado entre a Companhia Mato-grossense de Mineração (Metamat) e a Associação Pró Hidrovia do Rio Paraguai (APH). No documento estava prevista a retomada das atividades do Porto Fluvial de Cáceres, importante

modal de transporte de cargas da região, que ficou mais de dez anos inativado.

Na reforma, a associação declara que investiu mais de R\$ 3 milhões e atualmente tem um custo fixo de manutenção de R\$ 70 mil por mês. O porto, composto por duas estações de transbordo, tem capacidade estática de 10 mil

toneladas de carga, sendo a capacidade de embarque de 600 toneladas por hora.

Segundo os responsáveis pelo porto, seu funcionamento está condicionado às sazonalidades dos rios da bacia do Paraguai e deve operar apenas oito meses ao ano.

“O rio não é navegável nos 12 meses do ano.

É normal que tenhamos aqui seis meses de chuva e seis de estiagem e a navegação só será permitida e possível num período de sete a oito meses do ano. Esse funcionamento coincidirá justamente com o pico da safra, como estávamos planejando para agora em fevereiro ou março”, aponta o presidente da associação.

## DADOS CONAB

## Preços da melancia, banana e maçã têm forte alta nos mercados

Agência Brasil

Os preços da maçã, banana e melancia subiram fortemente na maioria dos mercados em dezembro, mostra o primeiro Boletim Prohort de 2021, divulgado na última quarta-feira (27) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O boletim destaca que os preços no último mês do ano, “como de costume”, refletem o impacto do verão e das festas de fim de ano sobre o comportamento do consumidor.

No caso da melancia, o preço do quilo chegou a subir 50% em Goiânia; 49% em Brasília; 31,9% em Recife, e 30,3% em Belo Horizonte. A alta ficou na casa de dois dígitos ainda em Curitiba (23,4%), Vitória (21,9%) e São Paulo (19,8%). A única queda foi registrada no Rio de Janeiro (3,4%). A causa para a alta foi a retração da oferta diante de uma explosão da demanda, segundo a Conab.

Em relação à banana, uma das principais frutas consumidas pelo brasileiro, foi registrada alta em todos

os nove mercados pesquisados. O preço subiu mais forte em Belo Horizonte (37,9%), Rio de Janeiro (25%), Curitiba (23,5%), São Paulo (19,4%) e Brasília (17%). De acordo com a Conab, a demanda permaneceu normal para a época do ano, mas a produção, em especial da banana prata, segue caindo. Houve também aumento das exportações, sobretudo para a Argentina.

A alta da maçã, por sua vez, chegou a 30,3% em Brasília; 18,2% em Goiânia; 16,1% em Belo Horizonte, e 15,4% em Vitória. O preço também subiu em todos os demais mercados, com destaque para Curitiba (10%), Recife (9,4%) e Fortaleza (7,2%). Segundo a Conab, apesar de uma demanda reduzida no fim de ano, “observa-se a continuidade do movimento de redução da oferta”.

As exportações de frutas, no geral, subiram no mês passado, informou a Conab. O volume exportado chegou em dezembro com mais de 1 milhão de toneladas, cerca de 6% acima do ano anterior.